Publicação reúne artigos inéditos sobre transparência pública, dados abertos, ouvidoria, inteligência artificial, Lei de Acesso à Informação e controle social, além de entrevistas com especialistas nacionais e internacionais

A Controladoria-Geral da União (CGU) lançou a 33ª edição da Revista da CGU, publicação acadêmica voltada à disseminação de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes para a administração pública. Com o tema “Governo aberto: transparência, participação e ouvidoria”, o novo volume reúne estudos que abordam desafios contemporâneos relacionados à transparência pública, participação cidadã, governança de dados, acesso à informação e integridade no setor público.

A edição destaca a consolidação do conceito de governo aberto como instrumento de fortalecimento democrático e de aproximação entre Estado e sociedade. O dossiê especial foi organizado a partir de uma chamada pública, que recebeu 47 submissões, número recorde para a publicação.

Além dos oito artigos científicos selecionados após processo de avaliação acadêmica, a revista traz duas entrevistas sobre governo aberto e a participação brasileira na Parceria para Governo Aberto (OGP). Uma delas foi realizada com a secretária nacional de Transparência e Acesso à Informação da CGU, Livia Sobota. A outra entrevista apresenta reflexões de Steph Muchai, copresidente da OGP ao lado do Brasil, sobre os desafios globais da agenda de abertura governamental.

Fechando a edição, a publicação traz três artigos do fluxo contínuo de submissões. Um estudo sobre os impactos e riscos da inteligência artificial na gestão pública brasileira, análises sobre o uso retórico de táticas de construção de imagem em prestações de contas municipais e uma pesquisa sobre acordos de leniência celebrados pela CGU em coordenação com autoridades norte-americanas.

A expectativa é que a nova edição contribua para o avanço das discussões acadêmicas e práticas sobre transparência, accountability, integridade e participação social, auxiliando pesquisadores, estudantes, gestores públicos e profissionais da área no desenvolvimento de políticas alinhadas aos princípios do governo aberto.

Fonte: CGU, em 21.05.2026.